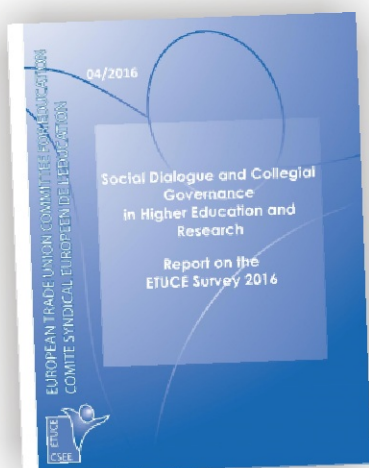


Riscos Psicossociais na Educação: Conferência final em Bucareste*Págs. 4 e 5***Comissão Europeia adota Nova Agenda das Competências***Págs. 10 e 11***Semestre Europeu: Comissão recomenda mais cooperação entre universidades e empresas***Págs. 14 e 15*

Diálogo Social efetivo e administração colegial no ensino superior e investigação precisam de melhorias



Um relatório recente publicado pelo Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) faz o ponto da situação relativamente ao diálogo social no ensino superior e na investigação. Participaram cerca de 30 sindicatos provenientes de 23 países da União Europeia (UE) e 4 países de fora da UE. Este relatório faz um retrato das práticas mais comuns de diálogo social e do nível de satisfação em diferentes níveis (nacional, regional, local e institucional).

Aqui estão alguns destaques dos resultados:



todos os sindicatos que participaram são reconhecidos como parceiros sociais relevantes nos seus países de origem, 87% afirmam que participam em negociações três vezes por ano e 83% admitem mesmo que realizam negociações mais vezes ao longo do ano. 90% dos entrevistados revelam que estas reuniões negociais conduzem a ganhos importantes dos sindicatos;

o nível nacional e o nível institucional são os mais usados no diálogo social;

90% dos sindicatos revelaram que o parceiro social que consideram mais importante é o ministério da educação e investigação. Outras organizações apontaram os ministros das finanças e as associações patronais como parceiros sociais com relevo;

realizam-se várias vezes ao ano reuniões da administração colegial, com mais frequência ao nível institucional;

o envolvimento na administração colegial é estabelecido maioritariamente ao nível dos institutos do ensino superior e investigação e conduzido por comités com funções consultivas.

Os temas mais discutidos no diálogo social para o ensino superior e de investigação são: as condições de trabalho, direitos humanos e sindicais, tempo de trabalho e os salários, considerando que os temas de negociação coletiva são apenas condições, salários e questões profissionais de seu trabalho dos empregados. Governo colegial incide principalmente sobre questões de estratégias/prioridades, desenvolvimento de currículos e orçamento institucional.

A Educação para a paz

A 2 e 3 de junho de 2016, o Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE) em cooperação com a sua organização membro no Azerbaijão, a União de Trabalhadores da Educação da República do Azerbaijão (AITUCEW), uma organização independente, organizaram uma conferência intitulada **"Reforçar a capacidade dos sindicatos de professores para contribuir para a promoção da educação como uma ferramenta para a criação de ambiente de educação amigável, tolerante e pacífica"**. Neste contexto, a conferência abordou temas importantes, como: a resolução de conflitos e a promoção de valores comuns, a paz, a tolerância, a não violência e o respeito no setor da educação.

A conferência reuniu organizações membros do CSEE de vários pontos da Europa. No painel de discussão, Organizações membro do CSEE da Albânia, Azerbaijão, Bulgária e Alemanha partilharam as suas experiências fornecendo uma visão ampla de atividades de promoção da paz e não-violência.



A resolução de conflitos e a promoção de valores comuns como a paz, tolerância, não violência e respeito no setor da educação foram temas estruturantes do evento

O vice-ministro da Educação da República do Azerbaijão, Gurbanov Firudin participou na conferência em representação do Ministro da Educação. Gurbanov destacou a importância dos dois temas e o papel fundamental da educação na prevenção de diferentes tipos de conflitos.

Agil Dadashov, o vice-presidente da Confederação Sindical do Azerbaijão, delineou o principal papel dos sindicatos de professores na promoção da educação para a paz, bem como a importância da sua ampla cobertura dos media.

Oradores convidados da Bulgária, Chipre, Países Baixos, Noruega e Reino Unido forneceram informação aos participantes sobre uma compreensão mais aprofundada do tema e seu papel na formação de sociedades com valores de paz, tolerância e respeito mútuo.

Todos os oradores fizeram amplas apresentações e muito interessantes construindo uma forte discussão sobre como as organizações membro do CSEE podem contribuir para dar ênfase a estas questões. O CSEE comprometeu-se a dedicar mais espaço no seu site para que seja possível partilhar boas práticas.



FNE contribui para Prevenir e Combater os Riscos Psicossociais na Educação



Aspeto geral da sala onde decorreu a Conferência

A FNE participou na Conferência Final do projeto conjunto do CSEE (Comité Sindical Europeu da Educação) e da Federação Europeia dos Empregadores Europeus (EFEE) sobre *Como Promover Iniciativas Conjuntas dos Parceiros Sociais a Nível Europeu, Nacional, Regional e Local para Prevenir e Combater os Riscos Psicossociais na Educação*, que decorreu no monumental e sumptuoso Palácio do Parlamento romeno, em Bucareste, nos dias 9 e 10 de junho de 2016.

A conferência foi mais uma oportunidade de relembrar a recente Campanha da Saúde da FNE e de se dar a conhecer, de forma abreviada e pela primeira vez a nível europeu, a campanha *Defende a Tua Voz*, levada a cabo pelo Sindicato dos Professores da Zona Norte – SPZN.

O evento, que teve a presença na manhã do primeiro dia de Adrian Curaj, Ministro da Educação romeno, contou com mais de 80 convidados das organizações filiadas no CSEE e na EFEE, com representan-

tes das escolas que participaram nos quatro estudos de caso do projeto (Alemanha, Bélgica, Finlândia e Roménia), com representantes sindicais da Turquia, assim como com parceiros sociais europeus da educação, incluindo Tim Bregenza, gestor da Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho (EU-OSHA) e Stefaan Ceuppens, em representação da Comissão Europeia (CE). O grupo consultivo, a quem coube o planeamento, organização e avaliação deste

projeto, foi constituído por representantes sindicais de seis países, a saber: Roménia (FSLE), Espanha (FECCOO), Reino Unido (NUT), Bélgica (SEGEC), Finlândia (AFIEE) e Alemanha (VBE).

O objetivo final do grupo foi o de fornecer sugestões e linhas de orientação política para os dirigentes escolares, professores, sindicatos de professores e profissionais de educação e federações de empregadores, sob a forma de estratégias sobre a prevenção dos riscos psicossociais nas escolas e integrá-las, de seguida, em convenções coletivas e estruturas de diálogo social nacionais.

Esta conferência final contou com três grupos de trabalho, cada um com um responsável e seu respetivo relator e apresentador das respetivas conclusões ao plenário, cabendo ao representante da FNE, Joaquim Santos, esta tarefa no Grupo 1, a convite da alemã Ute Foit, membro do Grupo Consultivo.



A romena Alexandra Cornea (FSLE) responde a uma questão da FNE

Os participantes foram desta maneira convidados a discutir o projeto de orientações sobre como promover iniciativas a nível europeu, nacional, regional e local, para prevenção e combate dos perigos psicossociais em Educação. Com base nos resultados e nas orientações finais do projeto, as estruturas do CSEE e da EFEE vão agora elaborar e aprovar uma declaração conjunta, que será apresentada e discutida no quadro do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE).

O CSEE e a EFEE acreditam que as instituições de ensino devem ser lugares seguros e saudáveis, que promovam o sucesso no ensino e aprendizagem. As instituições de ensino - incluindo todos os níveis de educação e abrangendo tanto pessoal docente como não docente que trabalha no setor da educação (pré-primário, primário, básico, secundário, profissional, ensino superior e investigação) - são o local de trabalho de dirigentes escolares, professores e outros profissionais da educação, mas acima de tudo são as instituições de ensino para os alunos.

Por conseguinte, o objetivo é apoiar a criação de um ambiente onde os alunos possam aprender e os professores e não docentes possam realizar o seu trabalho num ambiente positivo, saudável e seguro.

O programa desta conferência final registou várias apresentações, salientando-se a do Prof. Dr. Bernhard Sieland (VBE) sobre *Uma*



Odile Cordelier do CSEE (no centro da imagem) encerra os trabalhos

Vida Saudável no Trabalho – Base para uma Educação de Qualidade, a de Hans-Joachim Lincke, investigador, sobre *A Promoção de Lugares de Trabalho Dignos no Setor da Educação – Resultados do Projeto*, a de Tim Tregenza (EU-OSHA) sobre *O Quadro Estratégico da EU em Saúde e Segurança Ocupacional* e a de Stefaan Ceuppens (Comissão Europeia) a respeito do *Papel do Diálogo Social Europeu na Promoção de Lugares de Trabalho Dignos*.

As palavras finais desta Conferência foram proferidas pela francesa Odile Cordelier, vice-presidente do CSEE, a quem coube fazer, na ausência de

Martin Rømer, de saída de Diretor da Região Europeia da IE, uma derradeira análise às conclusões apresentadas pelos três grupos de trabalho.

Da parte da FNE um agradecimento especial a Alexandra Cornea, responsável pelo departamento internacional da FSLE romena e pela logística (muito profissional) deste evento. A ela também um apreço muito singular pelo sábado cultural oferecido pelo projeto, numa impressionante lição cultural, histórica e de amor da Roménia, que teve o seu ponto alto numa visita ao Palácio do Rei e ao Palácio de Drácula, na Transilvânia.



Patricio Perez (FECCOO) e Joaquim Santos (FNE) no Palácio do Rei



Palácio de Drácula, na Transilvânia

Afinal vale a pena ser Ensino Profissional



Baltazar Oliveira (segundo à direita) prepara os seus documentos de trabalho

A FNE participou nos dias 17 e 18 de maio, em Helsínquia, Finlândia, no seminário *Melhorar a Formação Profissional para Professores e Formadores do Ensino e Formação Profissional Para uma Melhor Qualidade das Aprendizagens Profissionais*, focado na experiência finlandesa e promovido pelo Instituto Sindical Europeu (ETUI) em conjunto com o Comité Sindical Europeu para a Educação (CSEE).

Estiveram presentes 26 representantes de organizações sindicais membros do CSEE de 18 países europeus, tendo a FNE sido representada por Baltazar Oliveira, dirigente do SDPGL. Este foi o sexto ano em que estes dois organismos sindicais organizaram seminários em comum, financiados pela Comissão Europeia.

A abertura coube à portuguesa Gabriela Portela (ETUI), a Agnes Roman (CSEE) e à anfitriã Helja Misukka (OAJ). Agnes Roman explicou as políticas da União

Europeia recentes, que afetam o ensino e formação profissional (EFP), a formação profissional dos professores e o desenvolvimento de competências com especial enfoque na aprendizagem: o [Semestre Europeu](#), [Conclusões de Riga](#) e [Agenda das Novas Competências da Europa](#).

Agnes Roman realçou a importância das políticas comunitárias que afetam a EFP de países não pertencentes à UE e a importância de um diálogo social eficaz com os sindicatos de professores, para garantir a qualidade da educação, o investimento e melhoria dos sistemas europeus de ensino profissional e vocacional. Na segunda parte da manhã, foi apresentado o sistema de EFA finlandês. Helja Misukka, diretora da política de educação da OAJ, explicou que a sua organização sindical tem uma forte influência sobre a política de educação na Finlândia, devido à eficácia do diálogo social finlandês.

No entanto, os cortes nos orçamentos para a educação começaram há vários anos e afetaram negativamente o desenvolvimento profissional e contínuo dos professores. A queda drástica dos resultados finlandeses no último teste PISA pode resultar desses factos.

Seija Rasku, do Ministério da Educação e Cultura, descreveu o sistema educativo finlandês como muito flexível. O EFP é composto de *formação inicial* (IVET) e formação contínua (CVET), fortemente baseada em contexto de trabalho e na aprendizagem ao longo da vida. Através de reformas do ensino, a aprendizagem em contexto de trabalho na formação inicial será ainda maior no futuro. A sua imagem e o financiamento das estruturas de formação profissional serão também melhoradas.

Nina Lahtinen, da OAJ, apresentou a estratégia finlandesa sobre os migrantes. Os refugiados recebem rapidamente cursos de línguas. Devido a estruturas flexíveis de reconhecimento de competências e integração, a experiência de trabalho ao longo da vida é reconhecida. Atualmente, são necessários mais professores para lidar com a grande quantidade de migrantes e a OAJ reivindica mais apoio e formação para esses professores. A OAJ decidiu apresentar propostas ao governo e aos municípios do chamado [Integration Compass](#), para fazer avançar a integração dos migrantes e refugiados através da educação.

Os participantes concordaram que a estratégia finlandesa na educação é um bom exemplo, uma vez que se baseia na experiência, compromisso forte e estruturas de financiamento que funcionam bem. Garantir as melhores oportunidades e melhores resultados da aprendizagem para uma melhor qualidade dos alunos é o interesse central do EFA. Além disso, a cooperação construtiva entre as escolas e as empresas possibilitam boas oportunidades no mercado de trabalho para os seus formandos.

Durante a tarde, os participantes foram convidados a visitar Haaga-Helia (colégio de ensino particular financiado pelo Estado) e uma Escola em Helsínquia onde professores e formadores do EFP são diplomados. A escola tem tido um enorme aumento de candidatos



durante os últimos anos, com geralmente um grau de mestre e vários anos de experiência de trabalho. O EFP amplia os estudos pedagógicos de um a três anos, no máximo. Informações específicas deste sistema de ensino foram fornecidas aos participantes do seminário, por estudantes universitários, professores e pelo diretor do Colégio, durante a visita.

No segundo dia, como reflexão da visita à escola Haaga-Helia, os participantes destacaram vários

elementos positivos do sistema finlandês na formação inicial de professores do EFP:

As relações entre os alunos e os conselheiros (professores orientadores) são muito boas. Existem excelentes condições para o trabalho individual. Cada aluno tem um plano individual de aprendizagem e não está sujeito a exames.

Os professores estão muito motivados, têm feriados (e férias) prolongados e um clima de trabalho agradável. Têm ainda um elevado prestígio e estatuto profissional.

A qualidade desta educação vem do investimento sustentável no sistema educativo finlandês e do facto de se tratar de um sistema dinâmico, que reage à evolução das necessidades da sociedade.



O programa do seminário incluiu uma visita ao Haaga-Helia, um colégio de ensino particular financiado pelo Estado



Agnes Roman do CSEE (segunda do lado esquerdo) e a portuguesa Gabriela Portela (à direita na foto) do ETUI durante os trabalhos

Os participantes discutiram em grupos de trabalho o impacto das políticas de EFP da UE e o desenvolvimento de aprendizagem dos professores do setor nos seus países. Notou-se que a UE tem orientado as políticas de EFP de uma forma positiva, no que diz respeito à *formação base* para professores, mas ainda há necessidade de se discutir salários, condições e financiamento de trabalho extra para melhoramento do sistema e para a formação de professores. Os projetos e programas de desenvolvimento nacionais apenas são financiados pela UE se estiverem alinhados com a política europeia. Atualmente na Europa os professores precisam de apoio imediato e formação para lidar com a situação dos refugiados.

Os participantes perceberam que o sistema finlandês é bem sucedido devido à sua flexibilidade, rapidez

para lidar com os desafios, qualidade dos equipamentos, autonomia no trabalho, bom ambiente e confiança nos professores.

As reformas do ensino devem reagir a novas circunstâncias, preparar os professores para um ensino profissional de alta qualidade e preparar os alunos para a vida. No entanto, pode ser arriscado o envolvimento em demasia das empresas no EFP.



Em conclusão, depois de um dia e meio de formação intensiva, Agnes Roman destacou a importância da cooperação dos sindicatos da educação, a fim de se promover a qualidade da EFP na educação europeia. Uma formação profissional de alta qualidade (inicial e contínua) e bons formadores e professores do EFP são fundamentais para o desenvolvimento adequado dos alunos jovens e adultos, para assim dar uma resposta efetiva às necessidades e mudanças da nossa sociedade.

No prefácio do livro *Somos Ensino Profissional*, Gonçalo Xufre Silva escreve que *um país com melhor ensino profissional é, atualmente, por todos os estudos reconhecido como um país com mais capacidade competitiva, economicamente mais sustentado, com melhores empregos e com níveis mais elevados de inclusão social.*

Afinal, vale a pena ser ensino profissional.

Professores romenos em luta nas ruas de Bucareste

Milhares de professores inundaram as ruas de Bucareste para um grande comício na cidade com o objetivo de manifestar indignação pelos baixos salários praticados no setor público.

As três organizações romenas, membros do Comitê Sindical Europeu para a Educação (CSEE) têm participado em várias ações de luta.

Entretanto os sindicatos já participaram em reuniões de negociação com o Ministério do Trabalho onde são debatidas propostas de aumento salarial, com o Governo a adiar a subida de salários para agosto de 2017.



Face ao impasse os sindicatos ameaçam boicotar as próximas provas dos alunos. Entretanto o CSEE enviou uma carta de solidariedade a todas as organizações romenas, manifestando apoio nas ações de protesto previstas. O CSEE espera que o diálogo prevaleça em torno deste conflito e que a negociação entre os parceiros tenha resultados positivos.

Professores na Hungria em greve

Na Hungria, centenas de professores de centenas de escolas, de todo o país, suspenderam, alguns temporariamente, as aulas, em protesto contra a centralização do sistema educativo, do Primeiro-ministro Viktor Orban.

O governo prometeu menos aulas, uma redução no trabalho administrativo dos professores, entre outras coisas. Os estudantes juntaram-se também a este protesto, que decorreu a 20 de maio.

Os manifestantes consideram que as reformas fazem parte de um plano de centralização que Viktor Orban tem vindo a implementar ao longo dos últimos seis anos, e que colocou os meios de comunicação social estatais e outras instituições públicas sob o controle de seu governo.



Os manifestantes consideram que o atual sistema sobrecarrega os alunos com um conteúdo obrigatório supérfluo, e aumenta os deveres administrativos dos professores.

O governo do primeiro-ministro Viktor Orban assumiu o controle das escolas, que antes era exercido pelas autoridades locais, aumentou a carga de trabalho dos professores e implementou um novo currículo onde são usados livros que, segundo os críticos, apresentam erros.

Comissão Europeia adota Nova Agenda das Competências Europeias

Parceiros sociais europeus partilham visão das aprendizagens profissionais



A CES e os empregadores europeus compartilham visão das aprendizagens profissionais

A Comissão Europeia (CE) adotou, no passado dia 10 de junho de 2016, a sua *Agenda das Novas Competências Europeias*, um documento aguardado com grande expectativa pela CES (Confederação Europeia Sindical) e pelos empregadores europeus (UEAPME, BUSINESSEUROPE e CEEP), que por sinal muito pouco conheciam do teor desta nova agenda, anunciada o ano passado por aquela instituição europeia.

A este respeito, decorreu em 26 e 27 de maio de 2016, na capital belga, uma Conferência Conjunta da CES com os empregadores europeus, denomi-

nada *Em Busca de Uma Visão Partilhada das Aprendizagens Profissionais*, na qual a FNE esteve representada por Joaquim Santos, em substituição do Secretário-Geral, João Dias da Silva. Nesta conferência, e em linha com o programa de Diálogo Social europeu em curso, tanto a CES como os empregadores europeus (estes últimos em cooperação com EuroCommerce, CEEMET, DIGITALEUROPE, ERT, EUproVET, EfVET) apresentaram dois estudos de alta relevância e de reação à nova agenda das competências da CE, a saber: *Um Quadro de Qualidade Europeu para as Aprendizagens – uma proposta sindical europeia (CES), datado de 13 de abril de 2016*, e *O Custo-Eficácia dos Regimes de Aprendizagem – o caso das empresas e as aprendizagens profissionais* (empregadores europeus) - um enquadramento das aprendizagens profissionais, elaborado a partir de informação de 15 países/casos, um deles Portugal.





A portuguesa Alexandra Costa Artur apresenta o relatório dos empregadores europeus

No seu documento de ação sindical, a CES chama à atenção da CE para cinco pontos essenciais: o papel preponderante dos sindicatos como parceiros sociais; reforçar a dimensão social da educação e formação profissional; a exigência de formação garantida para todos (incluindo uma Bolsa de Formação); a necessidade de impulsionar o investimento na formação; e por fim facilitar a mobilidade de alunos dos cursos de educação e formação profissional (questão das qualificações de estrangeiros).

Por seu lado, os empregadores sublinham no final do seu documento que as aprendizagens profissionais “estão em primeiro lugar” e são acima de tudo “um meio de formação, principalmente para jovens, para melhorar a sua empregabilidade e perspectivas de emprego futuras”. Assim sendo, o ponto-chave para os empregadores é que o nível do salário ou compensação destas aprendizagens “precisa de ser ajustado a uma taxa que torne possível para as empresas verem um retorno do seu investimento, o que vai estimular e fomentar a oferta de vagas de estágio”.

O objetivo desta conferência conjunta foi a construção de uma visão compartilhada sobre as aprendizagens profissionais e o comprometimento com novas iniciativas. "Durante esta conferência, ouvimos os empregadores e sindicalistas falarem quase a mesma língua em termos de aprendizagens profissionais", afirmou Thiebaut Weber, secretário confederal da CES. "As empresas que têm histórias de sucesso nas aprendizagens são aquelas em que os sindicatos têm uma palavra a

dizer, onde os aprendizes não são mão-de-obra barata, mas têm acesso a uma formação de qualidade e a uma remuneração pela sua participação”. Estes primeiros elementos de uma visão compartilhada sobre as aprendizagens são uma boa base para o futuro da Europa, concluiu.

Os parceiros sociais acordaram uma declaração conjunta e prometeram explorar caminhos para alcançar níveis mais elevados de mobilidade dos aprendizes por toda a Europa.

O objetivo da Agenda das Novas Competências Europeias é garantir que o direito de formação, as competências e os apoios adequados estão disponíveis para todas as pessoas na União Europeia, de modo que fiquem dotadas para empregos de qualidade e possam assim realizar o seu potencial como cidadãos ativos e confiantes, o que acabará por aumentar a empregabilidade, competitividade e crescimento na Europa.

<https://www.etuc.org/publications/european-quality-framework-apprenticeships#.V1U4Go-cHIU>

<https://www.businesseurope.eu/publications/cost-effectiveness-apprenticeship-schemes-making-case-apprenticeships>

<https://www.etuc.org/documents/towards-shared-vision-apprenticeships-joint-statement-european-social-partners#.V1VLKeSTPK9>

CES reage à proposta de Agenda para as Competências do CEDEFOP ao Parlamento Europeu



Marianne Thyssen
(Comissão Europeia)

A comissária europeia Marianne Thyssen apresentou propostas para uma Agenda de Competências da UE no Parlamento Europeu, numa conferência de imprensa, no dia 7 de junho.

A Confederação Europeia dos Sindicatos (CES) acredita que uma ambiciosa agenda com ações concretas é essencial: para melhorar as competências, para permitir que as pessoas que procuram trabalho consigam obtê-lo, para os trabalhadores permanecerem empregados ou poderem mudar para melhores empregos e para permitir que a economia europeia possa enfrentar os múltiplos desafios que tem pela frente.

A CES levantou uma série de dúvidas sobre a Agenda para as Competências, procurando assegurar:

1. A garantia ou direito à formação:

A CES propõe uma Garantia de Qualificação Profissional para trabalhadores pouco qualificados e os desempregados, e um direito à formação para todos os trabalhadores, de preferência garantidos por acordos coletivos entre sindicatos e empregadores;

2. Um impulso à licença remunerada para estudos

Contribuindo para ajudar os trabalhadores a lançar uma nova fase de sua carreira (não relacionada com as necessidades específicas do trabalho atual), tal como consagrado na Convenção Licença-Formação da Organização Internacional do Trabalho das Nações Unidas - ratificada por apenas 13 países membros da UE;

3. Ações específicas da UE

Visam pressionar os Estados-membros a investir mais na educação, formação e aprendizagem ao longo da vida;

4. Iniciativas para promover a aprendizagem de qualidade;

5. A inclusão do trabalho a tempo parcial dos trabalhadores temporários, migrantes e refugiados, na Agenda de Competências;

6. O envolvimento dos representantes sindicais nas decisões na área do emprego e da formação.



Thiébaud Weber (CES)

Como é comum através de co-decisão na Alemanha, a negociação de planos de formação da empresa em França e no envolvimento de "sindicato representantes das aprendizagens" no Reino Unido.

O Secretário Confederal da CES, Thiébaud Weber disse: "A Europa precisa desesperadamente de um grande esforço para apoiar os trabalhadores a melhorarem suas habilidades, e para enfrentar os desafios da digitalização, da economia verde e do envelhecimento da população. Um investimento na formação, nas competências e nas qualificações é certamente parte da solução, mas "apenas se suportado pelo investimento em infraestrutura, em R & D (pesquisa e desenvolvimento), em política industrial e nos serviços públicos.

Contributos da CES para a agenda das competências

https://www.etuc.org/documents/etuc-position-new-skills-agenda-improving-training-opportunities-workers-europe#.Vz68H_I97cs

Contributos da CES para a qualidade das aprendizagens

<https://www.etuc.org/press/trade-union-contribution-quality-apprenticeships-europe#.Vz7Ikfl97cs>

Lista de países que ratificaram a Convenção da OIT sobre a licença paga para a educação

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=1000:11300:0::NO:11300:P11300_INSTRUMENT_ID:312285

Lista de países que não ratificaram a Convenção OIT

http://www.ilo.org/dyn/normlex/en/f?p=NORMLEXPUB:11310:0::NO:11310:P11310_INSTRUMENT_ID:312285:NO

Relatório Anual CEDEFOP 2015

<http://www.cedefop.europa.eu/en/publications-and-resources/publications/4145>



Recomendação da Comissão Europeia a Portugal 2016-17

É preciso melhorar cooperação entre universidades e empresas

A Comissão Europeia (CE) publicou em 18 de maio de 2016 as suas Recomendações Específicas (CSR – na sigla inglesa) para cada Estado-Membro (EM) para as políticas orçamentais, económicas e sociais, juntamente com uma Comunicação sobre as prioridades nas quais os EM terão de se concentrar para impulsionar o investimento e voltar ao crescimento e emprego.

As recomendações são uma parte central do mecanismo de governança económica do Semestre Europeu. Elas baseiam-se nas prioridades identificadas na Análise Anual de Crescimento 2016 (lançada pela CE em 26 de novembro de 2015) - para consolidar a recuperação e promover a convergência para os melhores desempenhos por meio do relançamento do investimento, prossecução de reformas estruturais e políticas fiscais responsáveis -, baseiam-se na avaliação dos planos de cada Estado-Membro nas finanças públicas (*Programas de Estabilidade ou de Convergência*) e nas medidas políticas para impulsionar o crescimento e o

emprego (*Programas Nacionais de Reforma*).

Na elaboração das propostas de Recomendações Específicas por País de 2016, a CE tomou em elevada consideração os relatórios dos EM (publicadas em fevereiro), que são uma avaliação feita pela CE, resumindo a implementação de anteriores recomendações específicas, a participação das partes interessadas em negociações e consultas, bem como as áreas prioritárias para intervenções políticas a nível nacional, também em matéria de educação, formação, investigação e inovação e investimento em capital humano.

No fim de junho, início de julho, o Conselho Europeu adota formalmente as Recomendações Específicas discutidas anteriormente. Orientações políticas são então dadas aos EM, antes deles começarem a finalizar os seus projetos de orçamentos para o ano seguinte.

Com o objetivo de coordenar as políticas dos EM para que estes atinjam as Metas 2020, as

Recomendações Específicas por País para 2016-2017 também visam a melhoria da qualidade do ensino e da formação. Doze EM receberam Recomendações que visam diretamente a educação, 12 EM em matéria de competências e aprendizagem ao longo da vida e nove EM em investigação e inovação. Também este ano, o foco principal das Recomendações reside em questões essenciais para combater o desemprego e aumentar a empregabilidade na Europa, promover a proteção social, remover barreiras para atrair investimentos e buscar a sustentabilidade e consolidação orçamental. No entanto, as Recomendações têm uma influência mais ampla sobre o setor da educação e dos professores.



No quadro seguinte pode-se ter uma visão geral das questões que abrangem o nosso país, desde a Política e governança fiscal às Empresas do Estado:

Visão geral das questões abrangidas na UE - Recomendações Específicas por Estado-Membro para 2016-2017 - Portugal

Política e governança fiscal; Sustentabilidade a longo prazo das finanças públicas, incluindo pensões; Reduzir a dívida; Serviços financeiros; Acesso ao financiamento; Endividamento privado; Legislação de proteção do emprego e quadro para os contratos de trabalho; Benefícios de desemprego; Políticas ativas do mercado de trabalho; Salários e fixação de salários; Saúde e cuidados de longa duração; Redução da pobreza e inclusão social; Administração pública; Empresas estatais.

As Recomendações Específicas relacionadas com a Educação e Formação em Portugal elas são como segue:

Sumário das Recomendações Específicas da Comissão Europeia relacionadas com a Educação e Formação

Aumentar o investimento privado no ensino superior e na investigação, melhorando a cooperação entre as empresas e as universidades e o investimento baseado no desempenho.

Dinamarca (DK)
Portugal (PT)
Estónia (EE)
Espanha (ES)

EE e ES: Promover o investimento privado na investigação, desenvolvimento e inovação.

DK, EE, PI e ES: Incentivar a cooperação entre empresas e universidades.

ES: Aumentar o financiamento dos organismos públicos de investigação e universidades baseado no desempenho.

Na sua avaliação do contexto português, a CE assinala que o nosso país detém um baixo desempenho na cooperação científica com as empresas, assim como na comercialização do conhecimento. As barreiras à cooperação entre as universidades e o setor empresarial são elevadas, devido aos obstáculos regulamentares e burocráticos e à falta de incentivos para a cooperação no sistema aca-

démico. Isto é prejudicial para a empregabilidade dos diplomados e para a inovação. O lançamento dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) tem proporcionado novas oportunidades de cooperação entre os politécnicos e os agentes económicos regionais, mas os programas universitários permanecem fora do processo de modernização.



http://ec.europa.eu/europe2020/pdf/csr2016/csr2016-overview-table_en.pdf



UE

Em vias de publicação: Novas regras para estudantes de fora da UE



As nações da costa norte Africana, do Médio Oriente (EuroMed) e os ex-Estados soviéticos a oeste do Mar Cáspio (EuroEast) são quem melhor poderá beneficiar desta medida

A UE simplificou o processo de atrair mais estudantes de países terceiros, incluindo os países vizinhos da UE, para estudar na Europa. As regras de entrada e de residência do Parlamento Europeu permitem flexibilidade e mobilidade, dando mais oportunidades a cidadãos não comunitários, em especial estudantes e investigadores, a receberem vistos de entrada na UE quando são aceites por universidades Europeias. As alterações também são aplicáveis aos estagiários, voluntários, alunos de outros níveis de ensino e seus acompanhantes.

A possibilidade de atrair pessoas altamente qualificadas para virem para a UE e se sediarem em países europeus contribui para a criação de um espaço europeu harmonizado. Isso significa, sem dúvida, que as universidades europeias serão capazes de reforçar a sua competitividade no cenário global e tornar-se mais atraentes do que

nunca para pessoas ambiciosas e altamente qualificadas de outros países, graças às condições proporcionadas por estas medidas.

As novas regras, que entram em vigor no dia após a sua publicação no Jornal Oficial da União Europeia, envolvem a duração estendida de permanência para estudantes e investigadores, mesmo depois de completarem o seu percurso escolar. Permitem a inclusão de membros da família e o direito a permanecerem na Europa quando conseguem um emprego com um mínimo de 15 horas de trabalho por semana.

A vizinhança da UE inclui as nações da costa norte Africana e do Médio Oriente (EuroMed), e os ex-Estados soviéticos a oeste do Mar Cáspio (Euro-East) e são estas zonas as que mais poderão beneficiar desta nova medida.

Ministros da educação debatem futuro do setor

Na primeira semana de junho, os ministros da educação dos países da UE estiveram reunidos em Bruxelas para discutir a agenda de modernização para o ensino superior, a iniciativa Erasmus + e o Horizonte 2020.

A representante da Eslovénia, Dra Maja Makovec Brenčič, apresentou a evolução dos papéis dos docentes, dizendo que ser um professor universitário ou de outro grau de ensino exige uma dedicação e um compromisso de vida em que a autoridade moral e a criatividade desempenham um papel fundamental. Suprir as necessidades do mercado de trabalho significa adaptar-se à mudança das condições de vida e é necessário que os professores consigam transmitir e desenvolver nos seus alunos uma melhor compreensão da sociedade e do mercado de trabalho.

Dirigindo-se ao comissário europeu para a educação, juventude, cultura e desporto, Tibor Navracsis, Makovec Brenčič continuou dizendo que "a qualidade do ensino também precisa ser equacionada como

um pilar fundamental e deve ser uma das áreas em que esteja garantida a qualidade".

"Os alunos permanecem apenas parcialmente abrangidos por questões de mobilidade, pelo que os professores precisam de ser capazes de ensinar num espírito educacional internacional. Isso pode ser feito, expondo-os aos ambientes internacionais e permitindo o acesso à partilha das boas práticas educativas. No entanto, aos professores do ensino superior faltam sistemas para desenvolver conhecimentos e habilidades pedagógicas; académicos que priorizam o

ensino devem ser melhor recompensados e devem ter boas perspetivas de carreira.

"Ao pensar sobre a cooperação transfronteiriça, deveríamos criar sistemas de bolsas para apoiar a excelência no ensino", disse Makovec Brenčič. Um esquema de excelência poderia ser desenvolvido através de programas de mobilidade existentes, tais como o Erasmus + ou Horizonte 2020. Construir um corpo docente de excelência europeia contribuiria para a Agenda da Modernização Europeia".



A representante da Eslovénia, Dra Maja Makovec Brenčič

Movendo-se para aprender - um novo painel de avaliação da mobilidade para a Europa



Desenvolvido pelo centro europeu para o desenvolvimento da formação vocacional Cedefop, em estreita cooperação com a Comissão Europeia, o painel de avaliação da mobilidade para a formação inicial e formação profissional (mobility scoreboard for initial vocational education and training IVET), foi apresentado oficialmente em Tessalónica a 3 de junho e pretende constituir-se como uma nova ferramenta para ajudar os decisores políticos na área da mobilidade na aprendizagem.

Um protótipo com informações sobre 28 países (26 Estados-Membros da EU mais a Islândia e Noruega) está disponível no site do Cedefop, enquanto a ferramenta interativa on-line está a ser finalizada e será lançada em dezembro.

O diretor do Cedefop, James Calleja disse aos participantes no evento que a mobilidade dos estudantes deve ser vista como a regra, não a exceção, referindo que "...as pessoas devem aprender sobre a mobilidade o mais cedo possível, já que elas poderão enfrentar essa realidade ao longo da sua vida ativa.

Entre os participantes no evento estavam: a agência Erasmus +, instituições ligadas à formação profissional, empresas envolvidas em projetos de mobilidade, professores e formadores, pessoal de orientação vocacional, associações de estudantes, parceiros REFERNET do Cedefop e outros parceiros interessados a nível da UE.

O Chefe do Departamento de Sistemas de EFP, Loukas Zahilas do Cedefop disse que o objetivo do painel de avaliação é ajudar a avançar na mobilidade. O especialista do Cedefop e líder do projeto, Guy Tchibozo, apresentou o painel de avaliação da mobilidade ([*the mobility scoreboard*](#)) focando 10 áreas de ação fundamentais e estruturantes.

O painel oferece aos decisores políticos, partes interessadas e usuários visões gerais a nível da UE de estruturas, políticas e desempenho dos países, utilizando mapas, indicadores e tabelas, que pretendem ajudar os utilizadores a ter acesso a informação relevante sobre o tema.

Eurydice publica relatório sobre o tempo de instrução mínima na escolaridade obrigatória

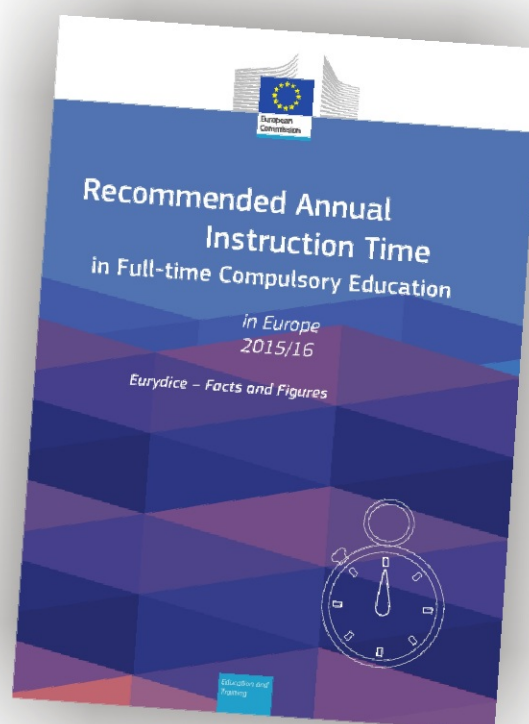
Leitura, escrita e literatura, matemática, ciências naturais e línguas estrangeiras são reconhecidos como temas centrais em todos os países europeus. Mas quanto tempo os alunos desenvolvem esses assuntos na escola, e quanto é que esse tempo varia de país para país?

As recomendações apresentadas nesta publicação abrangem a questão do tempo de instrução nos 37 países europeus que participam na rede Eurydice, tendo como referência o ano letivo 2015/16.

A publicação oferece uma visão comparativa das diferenças entre os níveis de ensino e identifica as principais mudanças desde 2010/11. Inclui diagramas e mapas nacionais que ilustram os dados sobre tempo mínimo de instruções por país e por assunto.

O documento demonstra que o tempo de instrução anual mínimo tende a aumentar com o nível de escolaridade, e que as diferenças entre países têm diminuído ao longo dos últimos anos. Leitura, escrita e literatura ocupam a maior parte do currículo, especialmente no ensino primário, enquanto que no ensino secundário o ensino de outras línguas se torna igualmente importante.

A rede Eurydice reúne informação sobre o tempo de instrução há mais de duas décadas e todos os anos uma actualização dos dados está disponível para consulta na respectiva página de internet, desde 2010.



Para leitura do relatório clique aqui: [report on Recommended Annual Instruction Time in Full-time Compulsory Education in Europe – 2015/16](#)



Agendada para novembro conferência europeia sobre validação de competências



James Calleja, Diretor do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP)

Em estreita cooperação com a Comissão Europeia, a conferência europeia sobre validação da educação não formal e informal de aprendizagens será realizada em Tessalónica a 28 e 29 de novembro.

A conferência abordará os desafios para os Estados-Membros no cumprimento do prazo 2018, fixado na recomendação 2012, do Conselho Europeu, para o estabelecimento de regimes nacionais de validação da educação informal e não-formal.

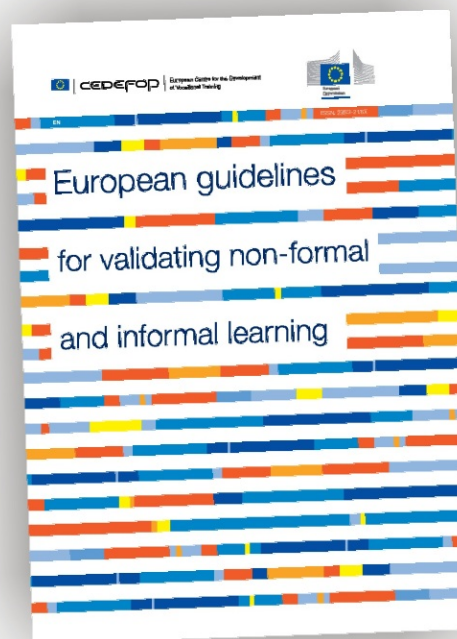
A validação da aprendizagem não formal e informal está a tornar-se cada vez mais visível e dá valor às diversas e, muitas vezes, únicas oportunidades de aprendizagem a pessoas na sua vida quotidiana (por exemplo, através de cursos de formação, aprendizagem on-line, no trabalho, em casa ou no lazer).

Um dos principais efeitos de validação é possibilitar às pessoas o aproveitamento dos resultados das

suas experiências de aprendizagem e usá-los para ganhar acesso ao emprego e/ou oportunidades de educação, validando competências adquiridas.

O Cedefop tem trabalhado sistematicamente na validação da aprendizagem não formal e informal desde o final dos anos 90 e vê esta conferência como uma oportunidade para refletir sobre os desenvolvimentos a longo prazo nesta área - concentrando-se tanto sobre o que foi conseguido como sobre o que ainda falta desenvolver.

Informações mais detalhadas serão disponibilizadas no mês de julho, no site do Cedefop.



Clique na imagem acima para aceder às *Orientações europeias para a validação da aprendizagem não-formal e informal*



ONU

O fim da homofobia na sociedade começa na escola

Um novo relatório da UNESCO coloca o foco sobre a proteção da saúde mental dos alunos e bem-estar como elementos cruciais para o ensino de qualidade e ambientes de aprendizagem saudáveis. O tema marcou o Dia Internacional Contra a Homofobia.

A data foi assinalada no passado dia 17 de maio e destacou a importância de as escolas serem locais seguros onde as crianças e jovens podem aprender em ambientes livres de violência e ameaças.

O relatório, denominado *Out In the Open*, foi apresentado em Paris, a 17 e 18 de maio, na reunião ministerial que decorreu na sede da UNESCO. O documento faz algumas revelações importantes, entre elas o caso da Nova Zelândia, onde os estudantes gays eram três vezes mais propensos a serem intimidados quando comparados com os seus pares heterossexuais.

O relatório veio ainda demonstrar um impacto muito negativo em contextos educativos, com as vítimas a revelarem insegurança na escola, a evitarem as atividades escolares ou até em alguns casos a abandonarem precocemente o ensino.

Estas vítimas de violência homofóbica veem aumentado o risco de ansiedade, depressão, automutilação e até mesmo suicídio.

O documento da UNESCO reitera a responsabilidade do setor de Educação para garantir ambientes de aprendizagem seguros que permitam a todas as crianças e jovens o acesso à educação. A promessa foi feita em 2015, na Cimeira de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, onde os líderes mundiais acordaram garantir a educação inclusiva, equitativa e de qualidade para todos e garantir uma vida saudável e bem-estar para todos até 2030.



Clique na imagem acima para aceder ao relatório

Com uma intervenção de Carlos Silva, secretário-geral da UGT

105ª Sessão da OIT coloca o trabalho digno na agenda mundial



Haldis Holst, secretária-geral adjunta da IE

Entre 30 de maio e 10 de junho decorreu em Genebra o 105ª sessão da OIT, sob o lema “construindo o futuro com trabalho decente”. A Conferência Internacional do Trabalho é o órgão máximo de tomada de decisões da OIT. Reúne-se anualmente em junho, e é o momento em que as delegações tripartidas de 187 Estados membros da Organização debatem temas específicos que abrangem o mundo do Trabalho. A Conferência é composta por um plenário e por comissões técnicas, que apresentam um conjunto de documentos e moções a serem debatidas e aprovadas. O plenário também executa tarefas administrativas e formais para a Conferência e pode realizar sessões para receber convidados ilustres, incluindo Chefes de Estado ou de Governo.

As comissões reúnem-se simultaneamente durante as sessões e produzem relatórios, conclusões ou quaisquer instrumentos que possam ter elaborado, que são depois devolvidos ao plenário para aprovação.

Neste ano, os comités abordaram os seguintes tópicos:

- » Aplicação de standards;
- » Declaração da justiça social;
- » Emprego e o trabalho digno para a transição para a paz;
- » Trabalho digno nas cadeias de fornecimento globais.

A Internacional da Educação esteve presente neste evento através de quinze representantes de vários sindicatos da educação que participaram nos trabalhos das comissões e da sua Secretária-Geral Adjunta El Haldis Holst.

Dirigindo-se aos delegados, no dia 1 de junho, Haldis Holst lembrou aos representantes do governo a necessidade de "escutar a voz dos professores através de seus sindicatos. "No seu discurso, enfatizou que os "Professores e a educação são parte da solução na realização de muitos dos novos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas".

Frisou que "Os professores têm um papel fundamental na realização e mobilização de ações sociais e devem ser considerados atores essenciais para as sociedades dada a sua capacidade de propor desafios e mudanças, como a prevenção do extremismo, a proteção dos direitos dos refugiados e das pessoas deslocadas".

Criticou a realidade atual, onde se constata que as políticas de austeridade foram “absorvendo os orçamentos da educação em muitos países”, e que a crise financeira foi usada como uma desculpa para reverter os direitos fundamentais no trabalho em muitos países, incluindo o direito à greve.

"A educação de qualidade requer profissionais qualificados, bem treinados e bem apoiados.

Os professores devem ser valorizados pela sociedade, a sua autonomia profissional deve ser respeitada e devem ser ouvidos através dos sindicatos que os representam".

Chamou a atenção para o crescimento perturbador do trabalho precário para professores e outros trabalhadores da educação e o impulso geral para a privatização e para a desprofissionalização do setor.

Privatização da Educação em escrutínio na conferência da OIT



Wilson Sossion, secretário-geral da KNUT

No seu discurso à Comissão de Peritos na Aplicação da Recomendação relativa ao Pessoal Docente (CEART) pelo Comité da OIT sobre a Aplicação de Normas, Wilson

Sossion, secretário-geral da União Nacional queniana de Professores (KNUT) e Presidente do Africano Comité Regional de educação Internacional (EI), disse que "estamos diante de um ataque estratégico à educação através da transformação da educação num negócio e a uma terceirização da responsabilidade do Estado para empresas privadas, que ameaça à igualdade, a inclusão, o desenvolvimento e a paz".

Falando na qualidade de porta-voz dos Trabalhadores na discussão sobre o relatório conjunto da OIT e UNESCO sobre a Aplicação da Recomendação relativa ao Pessoal Docente, recebeu fortes aplausos do grupo dos trabalhadores, após ter feito um relato contundente das principais ameaças atuais enfrentadas pela educação.

Carlos Silva, secretário-geral da UGT: rejeitamos este modelo neo-liberal de governação

Na sua intervenção como representante dos trabalhadores portugueses, Carlos Silva, secretário-geral da UGT, mencionou o tremendo programa de ajustamento económico e financeiro a que Portugal esteve sujeito nos últimos quatro anos, baseado numa profunda austeridade que conduziu ao *empobrecimento generalizado do País, penalizando empresas e trabalhadores, bloqueando a contratação coletiva, cortando salários e pensões, criando desemprego e pobreza* e aprofundando desigualdades sociais.

Saudando o empenho da OIT, Carlos Silva sublinhou que a UGT rejeita este modelo neo-liberal de governação e que é necessário valorizar o diálogo social tripartido enquanto *fator de consolidação das democracias e como espaço de Liberdade e de compromissos*.



Para Carlos Silva, a austeridade não é uma opção válida para o futuro social da Europa

A intervenção do secretário-geral da UGT pode ser consultada em:

<https://www.ugt.pt/downloadcomunicados?comunicado=1461&file=865f8101076d224c363388a4c9b9083b05a74a75>



1º aniversário da Declaração Sobre Escolas Seguras: É preciso mais apoios e mais ação

Por altura da celebração do primeiro aniversário da Declaração Sobre Escolas Seguras lembra-se a necessidade de um compromisso político para proteger estudantes, professores e escolas em momentos de conflito.

Apoiar a declaração internacional para a proteção da educação durante os conflitos armados é agora mais importante do que nunca, afirma a Coligação Global para proteger a Educação de Ataques (GCPEA na sigla original). Nas celebrações a GCPEA felicitou os 56 países que adotaram a declaração, aumen-

tando desta forma o compromisso político em torno da proteção das diferentes comunidades escolares em tempo de conflitos armados.

Os países que adotaram a declaração comprometeram-se a fazer todos os esforços para divulgar todos os ataques à educação e aprovar programas humanitários que promovam uma continuidade da educação durante os conflitos armados. Os signatários da declaração comprometeram-se ainda a utilizar o Guia para a Proteção de Escolas e Universidades dos Usos Militares Durante Conflitos

Armados, que oferece conselhos práticos para ajudar as forças armadas e os grupos armados a evitar os edifícios de escolas e universidades.

Forest Whitaker, artista e enviado especial da UNESCO para a Paz e Reconciliação, divulgou um vídeo na Cimeira Humanitária Mundial, em Istambul, Turquia, na semana passada, apoiando a Declaração sobre Escolas Seguras. Podemos ter um mundo de construtores da comunidade ou podemos ter um mundo de soldados - e a diferença entre estes dois resultados depende, principalmente, do facto de que as crianças em regiões impactadas pelo conflito recebam a educação a que têm direito, disse no seu discurso. As escolas e universidades estão a tornar-se parte do campo de batalha.

Entre 2009 e 2013, houve um padrão de ataques contra a educação em 30 países pelo mundo fora – descobriu a coligação. Escolas e universidades têm sido utilizados para fins militares pelas forças do governo e grupos armados não estatais em pelo menos 26 países durante conflitos armados desde 2005.



Relatório Global de Monitorização da Educação para Todos 2011: rapariga palestiniana lendo um livro rasgado na entrada da sua escola destruída em Gaza Este

Escolas inglesas enfrentam 'fuga de cérebros' na área da educação

Uma explosão das necessidades no setor das escolas internacionais originou um êxodo de professores no Reino Unido em favor do ensino no estrangeiro, deixando a Inglaterra com um problema sério no recrutamento de professores.

Cerca de 18.000 professores deixaram o Reino Unido para trabalharem em escolas internacionais Inglesas no ano passado. Apenas 17.000 qualificados como professores através do percurso de formação de pós-graduação permanecem na Inglaterra.

Entre 2014-15, são cerca de 100.000 os professores do Reino Unido que trabalham no exterior, fazendo com que o Reino Unido o maior exportador do mundo de talentos ligados ao ensino. De acordo com pesquisa realizada pela ISC (International School Consultancy), o número de escolas internacionais está projetado para quase duplicar, para mais de 15.000 em 2025.

Além disso, as agências de recrutamento captam tanto recém-formados (NQT) como os professores mais experientes para trabalharem no estrangeiro, com ofertas de salários competitivos, geralmente livres de impostos, alojamento gratuito e muitas vezes a perspectiva de trabalharem em países com climas mais amenos. Além do mais, uma mudança de regras recentemente introduzida permite que alguns dos alunos a completar a sua formação o possam fazer noutro país, tentando-os ainda mais a afastarem-se do sistema escolar Inglês.

Como resultado, muitas escolas, especialmente nas zonas desfavorecidas, têm dificuldade para



recrutar pessoal e enfrentam uma escassez de professores em várias áreas, enquanto o número de alunos está em constante crescimento.

A solução para este problema pode residir nas "algemas de ouro", ou seja, incentivos financeiros e melhores condições de trabalho que possam manter os professores que trabalham no sistema público.

Os sindicatos ingleses consideram que esta situação se deve à insuficiência de fundos atribuídos às escolas, aos congelamentos salariais impostos fazendo com que os salários iniciais não sejam competitivos, ao excesso de tempo de trabalho, às mudanças mal planeadas e à crítica constante que desmotiva os professores experientes.

"Nós não precisamos de algemas de ouro para manter professores treinados no Reino Unido. Nós só precisamos tratá-los com respeito. Tem a vantagem de ser mais barato e é a coisa certa a fazer", disse Hobby Russell, secretário geral do sindicato de diretores escolares NAHT.

Professores espanhóis desmotivados face ao futuro



O panorama educativo em Espanha deverá ser, nos próximos cinco anos, bastante negro, a julgar por um inquérito recente efetuado a mais de 200 docentes. De acordo com este estudo a maioria sente-se desmotivada e não acredita que a situação possa melhorar a médio prazo. Dizem os docentes que faltam estímulos e reconhecimento profissional.

Este retrato negativo é revelado através da investigação Educação em Espanha. Horizonte 2020, realizada pela Fundação de Ajuda contra a Degradação (FAD), banco BBVA e a Comissão Espanhola de Cooperação com a Unesco.

O estudo pretende averiguar como os professores vêem a educação nos próximos anos,

que desafio terá de enfrentar o sistema educativo e que oportunidades e alternativas poderão surgir.

As conclusões são pessimistas, 70% dos entrevistados estimam que em 2020 se vão sentir desmotivados e pouco valorizados, 80% acredita que daqui até 2020 não haverá nenhum Pacto de Estado para a Educação e 61% admitem que não estão à espera de uma melhoria no reconhecimento e na valorização do trabalho docente.

Na opinião da maioria dos professores que responderam ao inquérito o marco normativo será instável e pouco consensual entre os diversos partidos políticos. Deste modo, não será possível estabilizar um modelo estável, nem proceder a uma

avaliação, porque o sistema modificar-se-á antes que seja viável comprovar e medir a sua eficácia real.

Para os docentes inquiridos, a comunidade educativa não será consultada nem participará de forma ativa nas modificações da lei educativa. Os professores também não acreditam que a educação venha a ocupar um lugar prioritário na agenda política, ou venha a fomentar um debate público em torno do papel da escola e do pessoal docente.

Por outro lado, a maior parte dos professores prevê um menor investimento público em educação, que afectará todos os sectores, com a exceção do ensino profissional.

Ministros da Educação da CPLP aprovaram plano de ação e pediram mais recursos para o setor

Os ministros da Educação da CPLP aprovaram a 24 de maio um plano de ação para fortalecer a cooperação multilateral no domínio educativo, pedindo mais recursos aos seus Estados e financiamento externo para este setor estratégico.

Reunidos no âmbito da IX reunião dos ministros da Educação da CPLP os ministros lusófonos deram assim um passo significativo para operacionalizar o plano estratégico para o setor educativo.

No intuito de avançar no Plano de Ação de Cooperação Multilateral no Domínio da Educação da CPLP, os ministros deliberaram criar no prazo de 60 dias os grupos de trabalho que vão implementar as ações previstas para os próximos dois anos, até 2018.

Em particular, as equipas de trabalho vão preparar as Estatísticas da Educação da CPLP, elaborar o Glossário Técnico da Educação e Formação e desenvolver o Portal da Educação da CPLP.

A declaração final assinada pelos ministros recomenda agora aos Estados-membros que "mobilizem meios financeiros indispensáveis" para concretizar o plano

de ação, mandando o Secretariado Executivo da CPLP a "identificar fontes de financiamento externas".

O texto assinado em Díli saúda Angola pelo início da aplicação do Diagnóstico relacionado com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e saúda o lançamento do Portal da Educação da CPLP, "enquanto espaço virtual de partilha e divulgação de informação sobre os sistemas educativos dos Estados membros e instrumento colaborativo de cooperação entre os Estados membros".

Destacam ainda a primeira participação da República da Guiné Equatorial na Reunião de Ministros da Educação da CPLP, enfatizando "a necessidade de

apoio específico para a capacitação de recursos humanos e a promoção da Língua Portuguesa neste Estado membro".

Além do anfitrião, António da Conceição, ministro da Educação timorense, participaram na IX Reunião de Ministros da Educação da CPLP o ministro angolano da Educação Pinda Simão e Tito Mba Ada, representante permanente da Guiné Equatorial junto da CPLP.

Portugal esteve representado pelo secretário de Estado da Educação, João Costa, e São Tomé e Príncipe pelo ministro da Educação, Cultura e Ciência, Olinto da Silva e Sousa Daio, com o Brasil e Cabo Verde a terem delegações técnicas.



IX reunião dos ministros da Educação da CPLP em Díli



Protect education from cuts

Don't let education
pay for the crisis!

